



ESTADO DE SERGIPE
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PINHÃO



JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE Nº 006/2022

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Pinhão, instituída pela Portaria nº 001/2022 CMP, de 01 de fevereiro de 2022, retroagida a 02 de fevereiro de 2022, vem justificar a Contratação dos serviços de inscrição e participação de 07 (sete) vereadores e 1 (um) servidor, no Curso Regional de Agentes Públicos com o tema: “Gestão Pública: Aspectos legais e práticos”, que será realizado entres os dias 02 e 05 de dezembro de 2022, na cidade de Paulo Afonso/BA, entre a Câmara Municipal de Pinhão/SE e a empresa **ICDAP- INSTITUTO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE AGENTES PÚBLICOS-ME (MARIA LUCILEIDE DE SANTANA SILVA)**, inscrita no CNPJ: 40.560.279/0001-82, localizada na Rua Guilhermino Rezende, nº 321, Bairro Treze de Julho, Aracaju/SE, em conformidade art. 25, inciso II, C/C, Art.13, inciso VI, ambos da Lei 8.666/93.

DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

CONSIDERANDO, que a inviabilidade de licitação, ocorre diante da impossibilidade jurídica ou técnica de competição, e na realidade é uma das hipóteses de excepcionalidade à regra que se refere o Art. 3º, da Lei nº 8.666/93, da qual se obriga a Administração Pública de sempre licitar.

CONSIDERANDO, que dentre as hipóteses excepcionadas pela Lei nº 8.666/93, destaca-se o que dispõe o Art. 25, inciso II, § 1º c/c art. 13, inciso VI:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...]

II- Para a contratação, de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, [...]

§ 1º- Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento de equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

VI - Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

CONSIDERANDO, portanto, que a contratação pretendida pode-se enquadrar na forma de contratação direta por inexigibilidade de licitação prevista no Art. 25, inciso II, § 1º c/c art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, desde que atendido os comandos das normas;



ESTADO DE SERGIPE
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PINHÃO



CONSIDERANDO, que, o Tribunal de Contas da União proferiu decisão acerca da possibilidade de contratação direta sem licitação, na modalidade cursos externos, tendo considerado que:

“(…)as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/93; (Decisão nº 439/1998 Plenário. Sessão 15/07/1998. DOU 23/07/1998)”

CONSIDERANDO, que ainda sobre a decisão do Tribunal de Contas da União em trecho do voto do voto do Ministro Relator Adhemar Paladini Ghisi, que após análise, o estudo e as conclusões da área técnica a respeito do tema contratação direta de cursos de treinamento e capacitação na administração, concluiu:

(...) nesse sentido, defendo a possibilidade de inexigibilidade de licitação, na atual realidade brasileira, estende-se a todos os cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal (...). Assim, desponta, a meu ver, com clareza que a inexigibilidade de licitação para contratação de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal é a regra geral, sendo a licitação exceção que deve ser averiguada caso a caso pelo administrador.

CONSIDERANDO que a Conferência/Curso objetiva fornecer conteúdos que abrangem várias áreas do conhecimento as quais ampliam os campos de informações de suma importância para a prática dos atos pertinentes ao exercício legal das funções públicas;

CONSIDERANDO, que a referida empresa, conforme documentação técnica apresentada no processo, comprova a realização de eventos (Congressos e cursos) em outros períodos destinados a ocupantes de cargos eletivos, somando conhecimento e desenvolvimento ao público interessado;

CONSIDERANDO, que a Resolução nº 297/2016, do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE/SE), disciplina a concessão de diárias nos órgãos públicos sergipanos para a participação em capacitações, cursos compatíveis com o desempenho da função e eventos, desde que comprovada que a ação de desenvolvimento profissional tem relação com as atividades desempenhadas no exercício do cargo, isso foi demonstrado através dos folders acostado ao processo.

CONSIDERANDO, face os motivos acima elencados, que a empresa **ICDAP- INSTITUTO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE AGENTES PÚBLICOS-ME (MARIA LUCILEIDE DE SANTANA SILVA)**, inscrita no CNPJ: 40.560.279/0001-82, localizada na Rua Guilhermino Rezende, nº 321, Bairro Treze de Julho, Aracaju/SE, no campo da sua especialidade, preenche os requisitos estabelecidos no Art. 25, §



**ESTADO DE SERGIPE
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PINHÃO**

1º, do Estatuto Federal das Licitações e Contratos Administrativos, além de apresentar um preço dentro do praticado no mercado e compatível com a administração pública, sendo o valor total da contratação correspondente a 08 (oito) inscrições, perfazendo R\$ 6.400,00 (Seis mil e quatrocentos reais).

CONCLUSÃO

Pelos substratos fáticos, jurídicos e probatórios acima elencados, opina a Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Pinhão, pelo acatamento da notória especialização, se pronuncia favoravelmente à celebração do contrato com a inexistência do prévio processo licitatório e inviabilidade de competição, conforme art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93 e de todo o arcabouço normativo.

Submetemos a presente JUSTIFICATIVA a apreciação do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de PINHÃO/SE, para que, na hipótese de ratificação da mesma, determine a sua publicação, na forma do Art. 13, inciso XII, da Constituição Estadual, como *conditio sine qua non* para eficácia deste ato.

Essa é a nossa justificativa e entendimento, salvo melhor juízo.

Pinhão/SE, 24 de novembro 2022

Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Pinhão/SE

Gidelma dos Santos Bomfim
GIDELMA DOS SANTOS BOMFIM
Presidente da CPL

Katiuscia Oliveira dos Santos
KATIUSCIA OLIVEIRA DOS SANTOS
Secretária da CPL

Nei Paulo Andrade Almeida
NEY PAULO ANDRADE ALMEIDA
Membro da CPL

RATIFICO a presente JUSTIFICATIVA. Encaminhe-se a Assessoria Jurídica para emissão de Parecer.

Pinhão/SE, 24/11/2022

Rogério Santos da Silva
Rogério Santos da Silva
Presidente